

DMT - Projeto Básico - Compras

Processo nº 23114.920796/2023-31

Interessado: **MARLON CORREA PEREIRA**

Ordenador de Despesas:

Nome: Renato Adriane Alves Ruas	Matrícula UFV: 10087
Dispensa Nº: 28/ 2023	

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de **uma unidade (1) do microscópio estereoscópio trinocular com câmera digital científica para microscopia acoplada**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade Medida	Quantidade	Valor
	<p>MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPIO. TRINOCULAR, AUM. OCULARES ATÉ 10X, ZOOM ATÉ 5X, ILUMINAÇÃO EM LED, REFLETIDA E TRANSMITIDA, BASE CERCA DE 20 X 30 CM, INCLINAÇÃO ATÉ 45° E ACOMPANHADO DE CÂMERA DE VÍDEO COLORIDA P/ MICROSCOPIA DE PELO MENOS 5MP, USB E HDMI ESTEREOMICROSCÓPIO TRIINOCULAR QUE POSSIBILITE AUMENTOS DE 6.7X, OU MENOS, À 45X, OU MAIS. COM SISTEMA DE ZOOM PROGRESSIVO, LENTE COM CORREÇÃO APOCROMÁTICA, ILUMINAÇÃO REFLETIDA E TRANSMITIDA LED, ACOMPANHADO DE CÂMERA CIENTÍFICA DIGITAL COLORIDA DE AO MENOS 5 MEGA-PIXEL COM CONEXÃO USB 3.0, HDMI, WI-FI E SOFTWARE PARA ANÁLISE DE IMAGENS.</p> <p>Prazo de entrega: 90 (noventa dias)</p> <p>Quantidade: 01 unidade.</p> <p>Especificação mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">- Zoom com sistema de click stop, com aumentos com zoom progressivo de 6,7x ou menor à 45x, ou maior, com oculares de 10 x e objetiva de 1 x;- Sistema ótico com correção apocromático e distância de trabalho com lente de 1x de 92 mm ou superior;- Base estável com largura mínima de 200 mm e profundidade mínima de 310 mm, com coluna de no mínimo 250 mm e alça para facilitar o transporte, botões bilaterais para controle de foco macrométrico;- Suporte para fixação de iluminação transmitida para proporcionar iluminação brilhante e uniforme em ampliações baixas a altas, para campo claro e campo escuro (anelar), contendo espelho inclinável para fornecer iluminação direta e oblíqua para observação de espécimes de baixo contraste. Com fonte de iluminação integrada led ou compatível a fonte de luz externa led (deve vir				

01	<p>ou compatível a fonte de luz externa (deve vir acompanhado da fonte caso não seja integrada);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fonte de iluminação refletida com dois braços semirrígidos tipo pescoço de ganso com botões de controle (liga / desliga e potenciômetro) das iluminações independentes, permitindo utilização das 2 iluminações simultâneas e separadas; - Tubo de observação trinocular (fototubo) com divisão 100% visão ou 100% doc e inclinação ergonômica de 35° graus ou menor; - Oculares de 10x/23 focalizáveis ou com campo visual maior, acompanhadas de conchas; - Sistema óptico que permite aumentos de 1.95x ou menor a 250x ou maior através de oculares e lentes adicionais; - Possibilidade de adicionar acessórios para polarização e outros tipos de iluminação fria; - Capa protetora; - Câmera científica digital colorida de no mínimo 5 megapixel; - Câmera com conexão usb 3.0, wi-fi e hdmi, sensor cmos colorido e resolução full hd; - Imagens ao vivo com velocidade mínima de 30 fps; - Câmera poderá ser utilizada com imagens ao vivo e fotografar as imagens com uso de iPhone ou iPad via Wi-Fi; - A câmera deverá acompanhar software para análise de imagens, compatível com sistema operacional windows 10 de 64 bits, este software deve ter um drive para controle da câmera para uso ao vivo, ferramentas para captura, análise das imagens, medições interativas com o mouse de: distâncias, perímetros, contagens, escalas, setas e anotações de textos; - O software deve acompanhar os módulos para imagem panorâmica e focus estendido manual; - Pendrive de 32 gb ou maior para armazenamento de imagens com a utilização da câmera com monitor de vídeo. - A câmera deve permitir a utilização sem computador, apenas com monitor, teclado e mouse. - Gravação de imagens nos formatos tiff e jpeg com funções de armazenagem, impressão, intensidade luminosa, zoom eletrônico, aplicação de filtros, correção de brilho e contraste. - Adaptador c-mount de 0,5x para acolplar a câmera ao microscópio - Equipamento deve ser fiel a todos os itens da proposta e do edital. Em caso de não obediência, o mesmo será devolvido e poderá ser aplicada multa prevista por lei. - Apresentação do catálogo do produto com as especificações técnicas do produto e partes. - Manual de instruções do equipamento. - Garantia total de 12 meses, após a instalação. - Assistência técnica permanente no Brasil. 	348355	UD	01	60.849,00
----	---	--------	----	----	-----------

1.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Para o devido aproveitamento das aulas práticas ministradas no laboratório de botânica (LAE 243) é essencial a transmissão das imagens em tempo real dos materiais didáticos utilizados, para que os alunos consigam observar as estruturas indicadas pelos professores de forma eficiente. Para tanto faz-se necessária a instalação de um microscópio estereoscópio trinocular com câmera digital de tempo real acoplada para transmissão das imagem em aparelho televisor.

O Estereoscópio da Zeiss, modelo Stemi 508 é um equipamento desenvolvido para trabalhar material biológico macro, além disso é o único equipamento do mercado que possui ótica apocromática, obtendo mais qualidade na imagem projetada pelo

equipamento. A magnificação da Stemi 508 é de 6.3x até 50x, permite acoplar acessórios óticos onde podemos chegar a magnificação de 250x. Possui, ainda, inúmeras estativas com diversas iluminações. A única no mercado que trabalha com estativa de extensão onde permite trabalhar com fósseis. Inclui a Possibilidade de acoplar charriot, para trabalhar com estruturas menor que 10 micrômetros. Sendo também a única empresa a ofertar o equipamento com possibilidade de acoplar polarização refletida, ou seja, reduz o reflexo de objetos analisado, como exemplo asas de insetos e microalgas que são bem refletivos. Apresenta também, possibilidade de trabalhar com iluminação interna do equipamento, assim evita muito que sua amostra tenha sombra, dificultando a análise do usuário, veja imagem abaixo retirada do catálogo da Zeiss.



Com relação a câmera digital científica para microscopia o modelo requisitado apresenta resolução de 8 Mp, possibilidade de conexão via wi-fi e monitores com resolução 4k. Tamanho do Pixels de 1,85 μm x 1,85 μm , botões no controle da câmera para uso autônomo. Sensor CMOS, adaptadores de energia com plug específico do país e conexão USB 3.0, velocidade em HDMI 30 frames por segundo e acompanha software de análise de imagem, onde é possível realizar medidas, contagem, mosaico, filmagem e prancha, tudo de forma manual, atendendo plenamente a demanda de qualidade de imagem.

No que diz respeito a razão da escolha do fornecedor em atendimento ao que preconiza o art. 26, II, da Lei nº 8.666/1993, à Carl Zeiss do Brasil LTDA por ser **detentora de "exclusividade" atestada pela Declaração 20/06/2023, emitida pela** Carl Zeiss do Brasil Ltda.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratada deverá entregar ESTEREOMICROSCÓPIO TRINOCULAR MODELO "STEMI 508 DOC" COM MAGNIFICAÇÕES ENTRE 6,3 X E 50 X, OCULARES FOCALIZÁVEIS DE 10 X / 23, LENTES COM CORREÇÃO APOCROMÁTICA, ADAPTADOR C-MOUNT DE 0,5 X ESTATIVA K LAB ILUMINAÇÃO TRANSMITIDA PARA CAMPO CLARO E CAMPO ESCURO (ESPELHO), ILUMINAÇÃO REFLETIDA COM SPOT LED DUPLO EM SUPORTE TIPO PESCOÇO DE GANSO, ALÇA PARA TRANSPORTE, CAPA DE PROTEÇÃO, COLUNA COM 25 CM, FOCO MACROMÉTRICO, COM CÂMERA DIGITAL COLORIDA PARA MICROSCOPIA, MODELO "AXIOCAM 208 COLOR" RESOLUÇÃO DE 8.3 Mb, INTERFACES USB 3.0, RJ45 E HDMI, SENSOR CMOS. POSSIBILIDADE DE PROJEÇÃO DE IMAGEM EM 4K, ACOMPANHA SOFTWARE DE ANÁLISE DE IMAGEM, PARA REALIZAR MEDIDAS E CONTAGEM MANUAL, PRANCHA E FILMAGEM DE ATÉ 30 SEGUNDOS .MARCA / FABRICANTE: CARL ZEISS, PROCEDÊNCIA: ALEMANHA, COMPOSTO DE:

Corpo do Estereomicroscópio Stemi 508 Trinocular- Sistema optico apocromático tipo greenough;

- Porta para câmera com interface 60N com visualização fixa 50vis:50doc à direita;

- Zoom operável manualmente 8:1 (0,63x5,0x) em ambos os lados- Zoom com troca através de sistema tipo clickstop;

Distância de trabalho livre 92 mm (sem vidro de protecção contra o pó)- Ângulo de visão 35° com distância interocular ajustável 55...75 mm

- Suporte para ocular 30 mm com campo máximo de 23 mm- Suporte D=76 mm para montagem Stemi/Suporte S;

- Interface D=53 mm para os iluminadores- Rosca M49/50 para ótica frontal ou analisador Adicionalmente incluído:

- Oculares PL 10x/23 Br. Focalizável

- Placa de vidro para proteção de poeira M50 com M49x0,75- Camera adapter 60N C-Mount 2/3"" 0.5x

- Adaptador de câmara 60N C-Mount 2/3"" 0.5x.

- Par de protetores oculares;
- Iluminador de duplo foco de luz K LED- Guia de iluminação rígido tipo de pescoço de ganso, 2x 160 mm para epi-illuminação variável- 2x rosca M24x0,5 para polarizador- Altura ajustável- Para estativas K EDU/LAB/MAT e estativa M LED;
- Estativa K LAB- Estativa Base dimensões L310xC200xA90 mm- Superfície de trabalho L195xP160 mm- Interfaces d=84 mm para platinas d=45 mm para o polarizador TL- Coluna 250 mm com acionamento de foco, alcance de elevação 145 mm- Suporte Stemi d=76 mm, capacidade de carga 5 Kg, fixação ajustável- Unidade de transiluminação LED embutida com espelho giratório e deslizável para transiluminação de campo claro, campo escuro e oblíquo- 2x tomadas para IVI e iluminador K LED- Controles RL/TL separados para on/off/potência- Fonte energia integrada 12V DC 24W/100...240V AC/50...60Hz Adicionalmente incluído:- Placa de vidro e plástico a preto/branca D=84x5 mm- Cabo elétrico específico do país EURO C8- Capa de proteção;
- Câmera digital colorida para microscopia Axiocam 208 color;
- Pacote de adaptador Wi-Fi composto por adaptador de rede sem fio e adaptador USB USB tipo C para tipo A;
- KGA Stemi 508 Quick Start;
- IM Stemi 508 EM;
- Cabo de alimentação BR/2-H03VVH2-F2x0,75mm²-C7/2m;
- Manual de instruções.
- Assistência técnica permanente no Brasil. Todo este conjunto deve vir acondicionado em embalagens protetoras.

3.2. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

3.2.1. Declaração de não utilização de produtos perigosos e aderência aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

3.3. Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de bem comum a ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 25º da Lei nº 8.666/93 Caput.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: conforme especificado no item 6 deste documento.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da retirada/recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Almoxarifado Central da UFV - *Campus* Rio Paranaíba, localizado à Rodovia MG-230, Km 7, Caixa Postal 22, Zona Rural, Rio Paranaíba – MG – CEP.: 38810-000.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada

por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. A aquisição não envolve a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso de sua execução.

15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR (CONTRATAÇÃO DIRETA)

16.1. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

16.1.1. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

16.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

imigenciara para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências imediatas indiretas.

16.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

16.1.2.1.2. O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.

16.2. Como pré-requisito à contratação e decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

16.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

16.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

16.2.7. caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes desta contratação estão consignados no Plano de Trabalho UFV de 2023 (PTRES) 170365, fonte de recurso PRODADI mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: 449052 – Material Permanente.

18. RESCISÃO

18.1. O Contrato poderá ser rescindido:

18.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

18.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

18.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

18.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.4.3. Indenizações e multas.

19. DOS CASOS OMISSOS.

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei n. 13.979/2020, na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

20. VEDAÇÕES

20.1. É vedado à CONTRATADA:

20.2. caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira;

20.3. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

21. ALTERAÇÕES

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 4º, I, da Lei n. 13.979/2020.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. À contratação relativa ao presente projeto básico aplicam-se ainda as seguintes disposições:

22.1.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

22.1.2. As partes ficam vinculadas aos termos deste Projeto Básico, seus eventuais anexos e à proposta da CONTRATADA;

22.1.3. A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Ordenador de Despesas	X Aprovado	___ Reprovado
-----------------------	------------	---------------

Assinatura Requerida:

1. Ordenador de Despesas.



Documento assinado eletronicamente por **SILVANA DA COSTA FERREIRA, Docente**, em 14/11/2023, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO ADRIANE ALVES RUAS, Diretor Geral do Campus Rio Paranaíba**, em 16/11/2023, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1209155** e o código CRC **9F96147D**.

Referência: Processo nº 23114.920796/2023-31

Campus Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, Campus Universitário
36570-900 Viçosa/MG

Campus Florestal
Rodovia LMG-818, km 6
35690-000 Florestal/MG

Campus Rio Paranaíba
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário
38810-000 Rio Paranaíba/MG

SEI nº 1209155